

## RESUMO

Este trabalho descreve as micros e pequenas empresas, suas definições contábeis e fiscais, mostra a contabilidade como instrumento maior da administração, sua importância para micros e pequenas empresas, principalmente a contabilidade gerencial, já que através desta o empresário pode tomar suas decisões com mais segurança. O trabalho apresenta ainda, modelos simplificados de Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado e Demonstração de Fluxo de Caixa, através dos quais torna-se possível elaborar índices econômicos e índices financeiros que serão de grande utilidade na administração da empresa, em especial nas empresas de comércio varejista. Finaliza com a conclusão da pesquisa, onde apresenta a importância da contabilidade para a micro e pequena empresa, mostra que ao utilizar a contabilidade, ainda que apenas a contabilidade gerencial, que é a base de uma administração segura, os casos de sucesso e de "sobrevivência" dessas empresas aumentaria de maneira significativa, além de possibilitar um melhor acompanhamento do desempenho do negócio.

**Palavras-chave:** Contabilidade Gerencial. Microempresas. Empresas de Pequeno Porte. Planejamento Financeiro.

## ABSTRACT

This paper describes the micro and small enterprises, accounting and tax their definitions, shows the largest accounting as a tool of government, its importance for micro and small enterprises, mainly managerial accounting, because through this the entrepreneur can take their decisions with more security . The work is still, simplified models of balance sheets, profit and profit and Demonstration Cash Flow, through which it becomes possible to draw up economic indicators and financial indices that will be of great use in the administration of the company, especially in companies, trade retailer. Terminate with the completion of the survey, which shows the importance of accounting for micro and small enterprise, shows that by using the accounts, if only to managerial accounting, which is the foundation of a secure administration, the success stories and " survival "of these companies would increase in a significant manner, besides to allow better monitoring of the performance of the business.

**Keywords:** Managerial Accounting. Micro enterprise. Companies in Small Porte. Financial Planning.

## LISTA DE ABREVIATURAS

**SEBRAE** - Serviço de Apoio às Pequenas e Médias Empresas

**PMEs** - Pequenas e Médias Empresas

**MPEs** - Micro e Pequenas Empresas

**EPP** - Empresas de Pequeno Porte

**PIB** - Produto Interno Bruto

**SIMPLES** - Sistema Simplificado de Recolhimento de Impostos Federais

**DFC** - Demonstração de Fluxo de Caixa

**ILC** - Índice de Liquidez Corrente

**AC** - Ativo Circulante

**PC** - Passivo Circulante

**ILS** - Índice de Liquidez Seca

**ILG** - Índice de Liquidez Geral

**RLP** - Realizável a Longo Prazo

**ELP** - Exigível a Longo Prazo

**ILI** - Índice de Liquidez Imediata

**TRI** - Taxa de Retorno sobre os Investimentos

**LL** - Lucro Líquido

**AT** - Ativo Total

**TRPL** - Taxa de Retorno sobre o Patrimônio Líquido

**PL** - Patrimônio Líquido

**ML** - Margem Líquida

**GA** - Giro do Ativo

**QtD** - Quantidade da Dívida

**QID** - Qualidade da Dívida

**GE** - Grau de Endividamento

**PMC** - Período Médio de Cobrança

**VPA** - Vendas a Prazo Anual

**PMP** - Período Médio de Pagamento

## **1 INTRODUÇÃO**

No Brasil a maioria dos negócios em funcionamento são constituídos de micros e pequenas empresas e por isso são de vital importância para a economia do país. Estas empresas são grandes geradoras empregos e riquezas, o que contribui de maneira significativa para o aumento do produto interno bruto do país - PIB.

Entretanto um fator que tem sido bastante estudado é o fato delas não contarem com um sistema de gestão eficaz, o que quase sempre os leva a mortalidade logo nos primeiros anos de vida. Muitas vezes, por desconhecimento ou por falta de assessoria por parte de seus contadores, os pequenos empresários deixam de se beneficiar das informações geradas pela contabilidade que poderão ser de grande utilidade na gestão do negócio. Passam a tomar decisões baseadas apenas na experiência que acreditam ter e na maioria das vezes os resultados ficam aquém do esperado.

A contabilidade é uma ciência cuja função principal é a de fornecer informações seguras para que as decisões sejam tomadas com o máximo de segurança. As informações e dados fornecidos pela contabilidade representam ferramentas de gestão, que servirão de apoio e suporte à tomada de decisão e devem fazer parte da rotina empresarial, ou seja, servir de apoio em todas as etapas da empresa.

Muitos desses controles contábeis são relativamente fáceis de serem elaborados, e podem ser facilmente aplicados na gerência de micro e pequenas empresas, principalmente às de comércio varejista, independentemente do porte.

### **1.1 OBJETIVOS**

#### **1.2 OBJETIVO GERAL**

O objetivo deste trabalho é descrever os diferentes conceitos de micro e pequenas empresas, descrever a contabilidade como ferramenta indispensável à gerência das

empresas, independentemente do porte, mostrar a importância de sua utilização pela micro e pequena empresa.

### **1.3 Objetivos Específicos**

- Mostrar a definição de micro e pequenas empresas, em seus aspectos contábeis e fiscais.
- Descrever a contabilidade gerencial e sua utilidade nas empresas em geral.
- Mostrar exemplos de controles gerenciais que poderão ser utilizados pela pequena empresa.
- Mostrar os resultados positivos da utilização da contabilidade pelas micro e pequenas empresas.

### **1.4 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO.**

Este trabalho delimita-se a descrever as micro e pequenas empresas, principalmente as do setor de comércio varejista, suas definições, aspectos contábeis e fiscais, mostrar as vantagens da utilização da contabilidade nesse tipo de empresa, principalmente a contabilidade gerencial.

### **1.5 RELEVÂNCIA DO ESTUDO**

A importância deste estudo é a de mostrar os benefícios alcançados com a utilização da contabilidade gerencial pelas microempresas e empresas de pequeno porte. A função da contabilidade, que é a de fornecer informações que ajudarão os gestores na administração de uma empresa, é desconhecida pela maioria dos pequenos empresários que tomam suas decisões baseados apenas na experiência que acreditam ter. As maiorias dos contadores, por sua vez, apenas se dedicam a cumprir obrigações fiscais, e deixam de assessorar seus clientes no que diz respeito a principal finalidade da contabilidade. A contabilidade gerencial pode e deve ser utilizada pelas pequenas empresas, tornando-se uma ferramenta indispensável na tomada de decisão.

### **1.6 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO**

Este trabalho identifica as micros e pequenas empresas e a contabilidade como ferramenta indispensável a qualquer negócio, independente do porte. Identifica também, a importância da contabilidade gerencial aplicada às micro e pequenas empresas e os benefícios de sua utilização.

No capítulo 1, são apresentados a introdução, os objetivos e a delimitação do estudo.

O capítulo 2 apresenta a revisão de literatura, onde são mostradas as definições de empresa, microempresa e empresa pequeno porte, o conceito de contabilidade e de contabilidade gerencial. Apresenta também modelo Simplificado de Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado do Exercício e Demonstração de Fluxo de Caixa para as microempresas e empresas de pequeno porte do setor de comércio varejista, através dos quais se torna possível a elaboração de índices econômicos e financeiros.

O capítulo 3 apresenta os procedimentos utilizados na elaboração desse estudo, definindo o método utilizado, o tipo de pesquisa.

O capítulo 4 mostra a conclusão e os resultados alcançados com essa pesquisa, na sequência às referências bibliográficas.

## **2 REVISÃO DA LITERATURA**

### **2.1 EMPRESA**

Quando pensamos em negócios, logo surge em nossas mentes a empresa, mas; o que é uma empresa, qual conceito devemos ter dessa palavra? Diversos autores mostram os mais variados conceitos para definir e conceituar esta palavra, entretanto a mais usual seja a de que:

Empresa é a unidade econômica organizada, que combinando capital e trabalho, produz ou faz circular bens ou presta serviços com finalidade de lucro. Adquire personalidade jurídica pela inscrição de seus atos constitutivos nos órgãos de registro próprio, adquirindo dessa forma capacidade jurídica para assumir direitos e obrigações. A empresa deve ter sua sede, ou seja, deve um domicílio, local onde exercerá seus direitos e responderá por suas obrigações. (FABRETTI, 2003, p.36),

Sendo a empresa uma unidade econômica cuja finalidade é o lucro, torna-se necessário a utilização de ferramentas que otimizem as chances de sucesso da organização e assim obtenha o lucro esperado, ou o retorno do que foi investido, ou que pelo menos reduza as possibilidades de fracasso, ou que uma decisão equivocada possa prejudicar sua continuidade.

Torna-se então necessária a adoção de estratégias, ou seja, um conjunto de ações articuladas para que as decisões sejam seguras e levem o gestor a alcançar os objetivos previamente estabelecidos.

Para que os objetivos sejam alcançados as empresas contam com alguns recursos, de acordo com Fabretti (2003):

A empresa contrata força de trabalho, com ou sem vínculo empregatício, combinando capital e trabalho e adotando tecnologia e métodos de administração eficientes, organiza sua atividade econômica, objetivando a produção ou circulação de bens ou a prestação de serviços, visando obter lucro que lhe permita desenvolver-se e remunerar adequadamente o capital nela investido (FABRETTI, 2003, p.36).

Neste aspecto, a empresa surge como a maneira estruturada, organizada e gerida a fim de atingir um determinado resultado, e isto acontece através da combinação dos diferentes que integram o processo.

Para Padoveze (2005, p.3), “as empresas nascem a partir de investimentos nas operações necessárias para vender os produtos e serviços escolhidos”. Nesta nova visão, para que haja os recursos necessários para que a empresa cresça e se desenvolva, são necessários investimentos que servirão como parâmetros iniciais da etapa financeira da empresa.

Ainda, segundo Padoveze (2005, P.3), “a finalidade da empresa é criar valor para seu proprietário”. Este valor é o lucro que o investidor espera, ou ainda o preço pelo risco que este está correndo ao aplicar seu capital em um determinado investimento.

## **2.2 MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

Segundo Chér (1991, p.17), “existem muitos parâmetros para definir as pequenas e médias empresas, muitas vezes dentro de um mesmo país, como no Brasil”. Isso mostra que nenhuma definição que se possa ter a respeito de micro e pequenas empresas serão algo absoluto, mas apenas limitado a determinados pontos de vista, ou órgãos aos quais essas definições estão vinculadas.

Ainda, segundo Chér (1991, p.17), “[...], para se conceituar as pequenas e médias empresas, algumas variáveis são tradicionalmente utilizadas, tais como mão-de-obra empregada, capital registrado, faturamento, quantidade produzida, etc.”.

O Serviço de Apoio as Micro e Pequenas Empresas – Sebrae, apresenta classificações para micro e pequenas empresas, com base no número de empregados e com base no faturamento.

**Conforme classificação baseado no número de empregados temos:**

Porte/Setor	Indústria	Comércio e Serviços
Microempresas	Até 19	Até 9 empregados
Empresas de Pequeno Porte	De 20 a 99	De 10 a 49
Médias	De 100 a 499	De 50 a 99
Grandes	500 ou mais	100 ou mais

Quadro 1 - Classificação das MPEs segundo o número de empregados

Fonte: Sebrae – SP

O quadro 1 apresenta a classificação das Micro e Pequenas Empresas em função do número de empregados. Segundo esta classificação:

- Indústrias e empresas de comércio e serviço com até 19 empregados são consideradas microempresas.
- Indústrias com 20 a 99 empregados e empresas de comércio e serviço que possuam de 10 a 49 funcionários são consideradas empresas de pequeno porte.
- Indústrias que possuam de 100 a 499 empregados e empresas de comércio e serviços que possuam de 50 a 99 funcionários são consideradas empresas de porte médio.
- Indústrias com mais de 500 ou mais empregados e empresas de comércio e serviço com 100 ou mais empregados são consideradas empresas de grande porte.

**Conforme classificação de acordo com o faturamento, temos:**

Porte	Simples Nacional	Exportações
Microempresas	Até R\$ 240 mil	Até US\$ 200 mil para comércio e serviços. Até US\$ 400 mil na indústria.
Empresas de Pequeno Porte	Acima de R\$ 240 mil até R\$ 2,4 milhões	Acima de US\$ 200 mil até US\$ 1,5 milhão para comércio e serviços. Acima de US\$ 400 mil até US\$ 3,5 milhões na indústria.

Quadro 2 - Classificação das micro e pequenas empresas segundo o faturamento bruto anual

Fonte: Sebrae – SP

O quadro 2 apresenta a classificação das micro e pequenas baseadas no faturamento. Segundo esta classificação:

- São Microempresas as que pertencem ao Simples Nacional e que possuem faturamento anual bruto de até R\$ 240 mil
- São Microempresas de comércio e serviço que realizam exportações com faturamento bruto anual de até US\$ 200 mil e as indústrias que realizam exportações com faturamento bruto anual acima de US\$ 400 mil.
- São Empresas de Pequeno Porte as que pertencem ao Simples nacional e que possuem faturamento bruto anual acima de R\$ 240 mil até R\$ 2,4 milhões.
- São Empresas de Pequeno Porte as empresas de comércio e serviço que realizam exportações com faturamento bruto anual acima de US\$ 200 mil até US\$ 1,5 milhão e indústrias que realizam exportações com faturamento bruto anual acima de US\$ 400 mil até US\$ 3,5 milhões.

Entretanto existem outras classificações para micro e pequenas empresas, baseadas em outros critérios conforme especificado por Longenecker (1997, p.27), a saber:

- Os Legisladores, por exemplo, podem excluir as pequenas empresas de certas regulamentações definidas em lei, ou ainda,
- Uma empresa pode ser descrita como “pequena” quando comparada com empresas maiores, mas “grande” quando comparada com empresas menores.

Um fator importante que é característico destes tipos de empresa é que a estratégia geralmente é formulada pelo seu dirigente principal, que é também o proprietário. Por isso, na maioria dos casos, estas são empresas familiares, onde trabalha membros de uma mesma família e que na maioria das vezes não tem acesso a técnicas modernas de administração e planejamento financeiro. O capital dessa empresa é constituído por um indivíduo ou por um pequeno grupo, e sua área de operações é geralmente local (GOMES, 2004).

Além das empresas familiares, no Brasil é bastante comum a figura do empresário individual, este tem a obrigação de inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis (Juntas Comerciais), da respectiva sede, antes do início de atividade, mediante requerimento que contenha os dados definidos em lei. Outro fator importante deste tipo de empresa é que a responsabilidade do empresário individual é ilimitada e seus créditos



junto aos bancos e fornecedores dependerá mais de seu patrimônio pessoal do que do capital investido na empresa (FABRETTI, 2003).

O Serviço de apoio a Micro e Pequena Empresa - Sebrae apresenta um gráfico mostrando a importância das pequenas empresas na economia do Brasil:

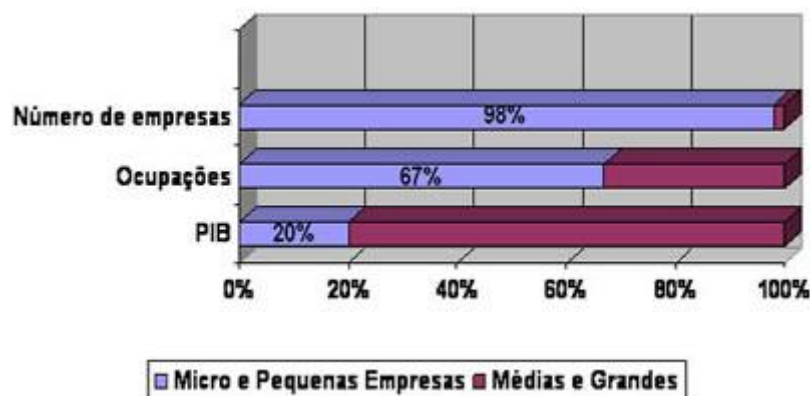


Gráfico 1 – As MPEs na Economia

Fonte: Sebrae – SP

Segundo o Sebrae, as micro e pequenas empresas representam 98% do número de empresas no Brasil, 67% das ocupações e contribui com 20% do PIB na economia brasileira. Sua importância é grande na economia, além de todos os fatores apresentados, também por ser uma grande geradora de empregos no país.

Entretanto, um fator importante no caso destas empresas é que em sua maioria quem administra é o sócio principal e, na maioria dos casos, o dono não tem formação profissional contábil nem de gestão de negócios, dificultando assim a administração e o controle de seu empreendimento, o que na maioria das vezes leva a empresa ao fracasso. Os escritórios de contabilidade em sua maioria estão preocupados com a quantidade de clientes, e não com a qualidade dos serviços oferecidos, temem aumentar os preços para oferecer assessoria necessária e perder o cliente. Sem um planejamento financeiro e assessoria necessária torna-se impossível o sucesso do negócio, o que na maioria dos casos leva a falência por falta de uma gestão eficaz (RAZA, 2008).

O gráfico abaixo mostra a taxa de mortalidade das micro e pequenas empresas, divulgado pelo Sebrae, referente ao ano de 2004 a 2005:

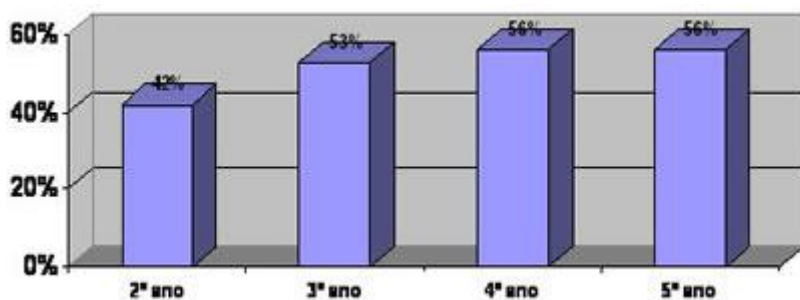


Gráfico 2 – Taxa de Mortalidade das Pequenas Empresas (rastreamento out./dez 2004)

Fonte: Sebrae SP

Segundo o Sebrae, das empresas paulistas, 29% fecharam em seu 1º ano de atividade e 56% não completaram o 5º ano de vida.

O planejamento é uma das tarefas mais importantes das empresas, e é com base no planejamento que se realiza uma gestão competente, eficiente e eficaz, especialmente com relação às atividades financeiras, que na maioria das vezes exige uma parcela significativa de riscos (RAZA, 2008).

Apesar de sua importância para a economia, a maioria das pequenas empresas não consegue sobreviver ao ambiente econômico em que estão inseridas.

Outro fator importante que contribui para a mortalidade das pequenas empresas é que os proprietários em sua maioria não utilizam a contabilidade como ferramenta de administração do negócio. Esse fato está ligado muitas vezes à escassez de recursos financeiros para contratar assessoria específica e é um dos fatores que contribui para isso (MARION, 2005).

Para Raza (2008, p.16), “A falta de informações é o grande vilão nas pequenas empresas”. Muitos empreendedores possuem o capital e resolvem montar um negócio desconhecendo todos os outros fatores necessários ao sucesso do empreendimento, tais como, o controle do capital de giro, relação entre despesas e receitas, os custos inerentes à continuidade do negócio, dentre outros.

Outro fato de destaque no Brasil é o excesso de impostos e obrigações acessórias que as empresas estão obrigadas a fornecer ao governo durante sua existência. A Constituição Federal em seu artigo 179 já determinava tratamento diferenciado a micro e pequena empresa com a finalidade de simplificar os processos e as obrigações acessórias inerentes às pessoas jurídicas:

A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios dispensarão às microempresas e as empresas de pequeno porte, assim definidas em lei, tratamento jurídico diferenciado, visando a incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias ou pela eliminação ou redução destas por meio de lei. (BRASIL, 1988).

Neste aspecto, com a finalidade de simplificar os processos tributários das micro e pequenas empresas, o governo federal criou uma lei especial, simplificando os processos de apuração e recolhimento de impostos.

Essa lei trouxe também uma definição própria para enquadramento de micro e pequenas empresas para fins de apuração dos impostos abrangidos por esse sistema de tributação, assim, de acordo com a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, consideram-se:

Microempresas ou empresas de pequeno porte a sociedade empresária, a sociedade simples e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

- No caso das microempresas, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais), ou seja, de acordo com a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 para que a empresa se enquadre como microempresa, esta não pode ter receita bruta superior ao valor estipulado em lei.
- No caso das empresas de pequeno porte, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais).

Entretanto esta lei, conhecida como Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, apresenta alguns benefícios e facilidades exclusivas a elas, por exemplo, estas empresas:

[...] farão a comprovação da receita bruta mediante apresentação do registro de vendas independentemente de documento fiscal de venda ou prestação de serviço, ou escrituração simplificada das receitas, conforme instruções expedidas pelo Comitê Gestor;

[...] microempresas e as empresas de pequeno porte, além do disposto nos incisos I e II do caput deste artigo, deverão, ainda, manter o livro-caixa em que será escriturada sua movimentação financeira e bancária.

Art. 27. As microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional poderão, opcionalmente, adotar contabilidade simplificada para os registros e controles das operações realizadas, conforme regulamentação do Comitê Gestor. (BRASIL, 2006).

Segundo Andrade Filho (2006, p.513), a pessoa jurídica que optar por se inscrever no SIMPLES terá os seguintes benefícios:

- Tributação com alíquotas mais favorecidas e progressivas, de acordo com a receita bruta auferida;
- Recolhimento unificado e centralizado de impostos e contribuições federais, com a utilização de um único DARF (DARF – SIMPLES), podendo, inclusive, incluir impostos estaduais e municipais quando existirem convênios firmados com essa finalidade;
- Dispensa da obrigatoriedade de escrituração comercial para fins fiscais, desde que mantenha em boa ordem e guarda, enquanto não decorrido o prazo decadencial e não prescritas eventuais ações, os Livros Caixa e Registro de Inventário, e todos os documentos que serviram de base para a escrituração.

Entretanto a dispensa da escrituração contábil é meramente de caráter fiscal e não revoga a exigência dada pela legislação comercial. Somente a escrituração contábil faz prova no judiciário em caso de divergência entre os sócios, de pedido de concordata, nos casos de falência etc. (FABRETTI, 2003, p.121).

A Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, se por um lado trouxe mais facilidade na apuração e recolhimento e maior facilidade no cumprimento das obrigações acessórias, por outro lado leva a maioria dos pequenos empresários a desconsiderar a contabilidade como ferramenta que auxilia no dia a dia. Isso tem levado essas empresas a desconsiderarem a contabilidade, entretanto, é importante salientar que embora de acordo com Lei nº 10.406, estas empresas estejam dispensadas de escrituração contábil completa para fins fiscais, a lei não as dispensa das obrigações acessórias previstas na legislação trabalhista e previdenciária conforme (FABRETTI, 2003).

O Conselho Regional de Contabilidade editou a Resolução nº 1.115/07 aprovando a NBC T 19.13 que versa sobre a escrituração contábil simplificada para a microempresa e empresa de pequeno porte. Esta norma estabelece critérios e procedimentos para a escrituração contábil, e obriga essas empresas a manterem escrituração contábil uniforme (ANEXO A – Resolução do CFC nº 1.115/07).

Segundo Raza (2008, p.17) “o empreendedor deve tornar a sua contabilidade uma fonte de informações para que possa tomar decisões seguras e coerentes com seu negócio”. Ao

utilizar a contabilidade como ferramenta tendo o contador como aliado na gestão da empresa, as possibilidades de continuidade do negócio serão aumentadas e as decisões serão tomadas sob uma nova perspectiva, com muito mais segurança e possibilidades de sucesso.

Nesse aspecto, a contabilidade passa a ocupar a posição de ferramenta de apoio ao empresário, deixa de se prender as normas e regulamentos fiscais para uma posição de apoio gerencial.

## **2.3 CONTABILIDADE GERENCIAL**

A contabilidade tem como objetivo fornecer informações que auxiliem na tomada de decisão, sendo esse o objetivo maior da ciência contábil.

Ludícibus (1994, p.26) define o objetivo da contabilidade como sendo o de: “[...] fornecer informação econômica relevante para que cada usuário possa tomar suas decisões e realizar seus julgamentos com segurança”. A partir da contabilidade, o usuário possui parâmetros para definir suas projeções, tomar decisões com a segurança necessária e baseada em fatores confiáveis.

Segundo Ching (2003, p.4), “para poder trabalhar de maneira efetiva, as pessoas em uma organização precisam constantemente de informação a respeito do montante de recursos envolvidos e utilizados”. Não existe possibilidade de a empresa funcionar e cumprir sua missão sem um sistema de informação que possa fornecer dados que a todo instante se fazem necessários, tendo em vista a continuidade do negócio e o fato da dinâmica das informações.

Nesse aspecto, segundo Ludícibus (1994, p.26), “a contabilidade assume seu papel principal, ou seja, o de apoiar o gestor em suas decisões, e dar maior segurança aos seus julgamentos”.

Ching (2003, p.6) diz que: “A natureza das informações da contabilidade gerencial é mais subjetiva, interpretativa e relevante”. A contabilidade gerencial difere da contabilidade financeira devido ao fato desta ser mais interpretativa e relevante quanto a situação real da empresa.

A contabilidade Gerencial pode ser caracterizada, superficialmente, como um enfoque especial conferido a várias técnicas e procedimentos contábeis já conhecidos e tratados na contabilidade financeira, na contabilidade de custos, na análise financeira, se balanços etc. colocados numa perspectiva diferente, num grau de detalhe mais analítico ou numa

forma de apresentação e classificação diferenciada, de maneira a auxiliar os gerentes das entidades em seu processo decisório (IUDÍCIBUS, 1986, P.15).

Para Iudícibus (1986, p.17), um contador gerencial, “[...] deve ser elemento com formação bastante ampla, inclusive com conhecimento, senão das técnicas, pelo menos dos objetivos ou resultados que podem ser alcançados com métodos quantitativos”. Esse contador gerencial será o responsável em transformar números em informações para a tomada de decisão, ou seja, alguém que deve participar das rotinas administrativas de seus clientes, fornecendo suporte para que esses possam dedicar-se exclusivamente a parte administrativa.

Pois tão importante quanto saber como se comportou a empresa no passado, com base nas informações da contabilidade financeira, também se torna de vital importância ao empresário saber o que fazer no futuro, traçar estratégias para situações de dificuldades a serem enfrentadas, fazer um planejamento das atividades, ou seja, utilizar a contabilidade como uma ferramenta de gestão empresarial (DIAS, 2006).

Entretanto, existe diferença significativa entre a contabilidade financeira e a contabilidade gerencial.

O quadro 3 apresenta as principais diferenças entre a contabilidade financeira e a gerencial:

	Contabilidade Financeira	Contabilidade Gerencial
Usuários	Primordialmente o público externo	Pessoas dentro da organização
Tipo de informação	Somente medidas financeiras	Medidas financeiras mais informações operacionais e físicas
Foco do tempo	Avaliação de desempenho voltado ao passado	O que ocorre no momento e orientada para o futuro
Natureza da Informação	Objetividade dos dados confiável e auditável	Ênfase na relevância dos dados, subjetiva e flexível.
Restrição	Regras definidas por princípios contábeis e autoridades governamentais.	Sistema de Informações para atender às necessidades dos usuários
Escopo	Informações agregadas e resumidas sobre a organização como um todo	Informações desagregadas, relatórios sobre produtos, clientes e em qualquer lugar.
Comportamento	Preocupação com o modo como os números da empresa irão afetar o comportamento externo	Preocupação com o modo como as medidas e os relatórios irão influenciar o comportamento dos gerentes.

### Quadro 3 - Diferenças entre a contabilidade financeira e a gerencial

Fonte: (CHING 2006, P6)

Ao contrário da contabilidade financeira que segue padrões definidos por órgãos reguladores, a contabilidade gerencial está preocupada em fornecer informações úteis e práticas para a tomada de decisão.

Para que o empresário possa traçar seus objetivos e definir sua meta, a contabilidade gerencial surge como uma ferramenta indispensável e insubstituível para formular seu planejamento.

Santiago (2006, p.24) diz que “a procura por mecanismos mais seguros e com menos riscos, levam as instituições a implantação do planejamento”. O planejamento surge como um suporte nas decisões da empresa. No ambiente de incertezas, torna-se necessário um bom planejamento afim de que se maximizem as possibilidades de sucesso nas decisões.

Ainda, segundo Santiago (2006, p.24) “conhecer a realidade, agir de acordo com esse conhecimento e interpretar o ambiente podem ser as ferramentas que determinarão o sucesso da empresa”. Conhecer a realidade significa acompanhar de perto os resultados, as decisões e utilizar as ferramentas necessárias para que as decisões sejam fundamentadas em informações confiáveis e seguras.

O pequeno empresário pode se beneficiar da informação contábil em sua empresa, afim de que suas decisões sejam tomadas de maneira segura e consciente, baseadas em informações que maximizarão as chances de acertos em suas decisões.

#### **2.3.1 Aplicação da contabilidade gerencial na Micro e Pequena Empresa**

Segundo Silva (2002, p.23) Uma empresa sem Contabilidade é uma entidade sem memória, sem identidade e sem as mínimas condições de sobreviver ou de planejar seu crescimento.

Para Oliveira (2005, p.36) a “contabilidade gerencial fornece as informações claras, preciosas e objetivas para a tomada de decisão”.

Desse modo, a contabilidade gerencial surge como uma ferramenta indispensável a qualquer tipo de negócio, um suporte sobre o qual se apoiará o micro e pequeno empresário em suas decisões gerenciais.

As micro e pequenas empresas muitas vezes são desprovidas de apoio contábil em sua administração, já que os contadores, em sua maioria apenas cumprem as obrigações

fiscais e assessórias que a legislação impõe, mas pouco ou nada fazem para auxiliar a administração dessas empresas com informações úteis ao seu planejamento.

Conforme destaca Chér (1991, p.36), “a contabilidade tem sido encarada como um instrumento tão somente para se atender a uma série de exigências legais e burocráticas, e não encarada como um instrumento de apoio à administração”.

Os pequenos empresários, freqüentemente, não dão o devido valor à contabilidade como instrumento de apoio, mas devido ao excesso de burocracia e obrigações acessórias que suas empresas têm de cumprir, vêem o contador como a pessoa que cuida de tudo isso, mas não como um suporte a administração.

Segundo Longenecker (1998, p.515)

[...] os administradores precisam ter informações precisas, significativas e oportunas, se quiserem tomar boas decisões. Isso é particularmente verdadeiro quando se refere à necessidade de informações financeiras sobre as operações da empresa. A experiência sugere que a falta de aptidão em sistemas contábeis é um fator básico de insucesso entre pequenas empresas.

A contabilidade aparece como instrumento principal para fundamentar as decisões do administrador, que através das informações geradas, conseguem tomar decisões com maior segurança. Um dos instrumentos eficazes na administração de recursos é o planejamento financeiro, que segundo Santiago (2006, p.49) afirma que, “todo planejamento financeiro deve ter por base registros contábeis que se constituem em ferramentas de fundamental importância na medida em que trazem informações gerais para a tomada de decisão”.

Para Chér (1991, p.35), “[...], a contabilidade desenvolve e fornece dados para o setor financeiro da empresa, usando princípios legais e padronizados, prepara principalmente, demonstrações financeiras”.

A Contabilidade sem dúvida, a maior fonte de informações sobre o patrimônio da empresa, permitindo conhecer, com facilidade, todos os fatos que ocasionaram alteração qualitativa ou quantitativa, servindo de bússola na administração dos negócios e contribuindo para o alcance dos objetivos. Somente com sua utilização o empresário terá os parâmetros necessários para sua decisão (SILVA, 2002, p.85).

O pequeno e o médio empresário, assumindo o papel de administradores financeiros, podem desenvolver análises financeiras para identificar o desempenho de sua empresa em relação ao passado, em relação à concorrência, tomando as decisões adequadas,



desde que detenha informações sobre o estado de seu patrimônio, alicerçadas por análises financeiras fornecidas por relatórios contábeis.

Para Chér (1991, p.47), “[...] os insumos básicos para a utilização dos índices são a Demonstração de Resultado e o Balanço Patrimonial, ambos preparados pela contabilidade”.

Para se ter uma idéia da importância da análise a partir dos índices financeiros, basta mencionar a quem tal análise interessa. Primeira e obviamente interessa ao administrador, na medida em que fornece os instrumentos necessários para verificar o funcionamento da empresa, aplicando-se, quando necessário, medidas corretivas para sanar eventuais problemas detectados. Interessa ainda aos credores da empresa, preocupados com a capacidade da mesma em honrar obrigações nas datas de vencimento. Por último, é de interesse de todos aqueles que investem na empresa, preocupados em identificar o grau de risco desses seus investimentos (CHÉR 1991, p.48).

Através das demonstrações financeiras o administrador poderá tomar decisões baseadas em informações coerentes e seguras, o que aumentará de maneira significativa as possibilidades de sucesso. Além disso, as demonstrações financeiras possibilitam um acompanhamento real da dinâmica do negócio, tornando possível traçar novas metas e diretrizes em tempo hábil e seguro.

Como exemplo de demonstrações contábeis que podem ser aplicados a pequena empresa, pode-se citar o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultado e a Demonstração de Fluxo de Caixa, que embora preparados de maneira simplificada levando em consideração a pequena movimentação financeira da micro e pequena Empresa, podem fornecer informações que serão de grande valia na tomada de decisão.

### **2.3.2 Balanço Patrimonial Simplificado**

Entre as demonstrações financeiras temos Balanço Patrimonial, que identifica a situação patrimonial da empresa num dado momento.

Os lançamentos contábeis são feitos de acordo com o regime de competência, ou seja, pertencem ao exercício em que ocorreu o fato gerador, independente de pagamento ou recebimento.

O Balanço Patrimonial é composto por:

- Ativo: representa os bens e direitos expressos em moeda (como por exemplo: caixa, bancos, imóveis, estoques, valores a receber e outros bens e direitos). Os ativos podem

ser entendidos como os recursos de valor sobre os quais a empresa tem direito de uso. Também pode ser definido como sendo um recurso sob controle da empresa, capaz de gerar benefícios futuros (CHING, 2003).

As contas do Ativo estão agrupadas de acordo com o Grau de Liquidez.

Grau de Liquidez é o maior ou menor prazo no qual Bens e Direitos podem ser transformados em dinheiro. Por exemplo, os Estoques de Mercadorias serão transformados em dinheiro quando forem vendidos á vista; as Duplicatas a Receber, quando forem recebidas, e assim por diante. A conta Caixa e a conta Bancos Conta Movimento são as que possuem maior grau de liquidez, pois representam disponibilidades imediatas. Por isso são as primeiras contas que aparecem no plano de contas (RIBEIRO, 2002, p.65).

- Passivo: representa as obrigações com terceiros, (tais como: contas a pagar, empréstimos a pagar, impostos a recolher etc.). O passivo são compromissos que ela tem contra seus recursos ou ativos. Segundo Ching (2003, p.28) “[...] podemos definir o passivo como o compromisso da organização relativo a eventos já ocorridos e que resultam em consumo de seus ativos”.

As contas do Passivo são agrupadas de acordo com o grau de exigibilidade, ou seja, as contas que encabeçam o plano de contas são as que o prazo de pagamento ocorrerá primeiro.

- Patrimônio Líquido, (diferença entre o ativo e o passivo) representa os compromissos contra os recursos ou ativos da organização. Seu valor representa o montante de recursos que os proprietários colocaram na empresa, bem como a parcela de lucros retidos (CHING, 2003).

É importante lembrar que o ativo será sempre igual ao somatório do passivo e do patrimônio líquido. Se os recursos aumentam (ativo), esse aumento corresponde a aumento de obrigações (passivo) ou de investimentos feitos pelos proprietários na empresa (patrimônio líquido). O mesmo acontece quando os recursos diminuem, significa que as obrigações com terceiros foram liquidadas ou o patrimônio líquido é reduzido. (CHING, 2003).

As origens de recursos ocorrem no passivo quando originarem de terceiros, o que significa que a empresa está usando o capital de terceiros para financiar o ativo, seja através de empréstimos ou obrigações assumidas para manter o ciclo financeiro da empresa. Essa situação deve ser analisada com cuidado, já que existe um nível razoável de capital de terceiros que a empresa deve utilizar para manter-se, é importante lembrar que este nível

é variável para cada tipo de empresa. As origens de recursos ocorrem no patrimônio líquido quando provem de recursos próprios aplicados na empresa.

A soma dos recursos originados de terceiros e os de recursos próprios estão aplicados no ativo da empresa, seja através de dinheiro em caixa, aplicações em bancos, estoques disponíveis para a venda, investimentos de curto e longo prazo ou de imobilizações realizadas.

A administração financeira, baseando-se nas informações elaboradas e fornecidas pela contabilidade, toma decisões quanto a investimentos, financiamentos, pagamento das obrigações, momento de substituição de ativos obsoletos, nível ideal de estoques, entre outras tantas decisões. O administrador financeiro está preocupado em manter a solvência e maximizar a riqueza produzida pela empresa, pois isso significa sobrevivência, nesse mundo competitivo que as empresas se encontram (CHÈR, 1991).

Na pequena empresa torna-se necessário adaptar as contas de acordo com a necessidade de cada empresa.

O quadro 4 mostra um modelo simplificado de Balanço Patrimonial que pode ser usado pela pequena empresa:

CONTEÚDO DO BALANÇO – EXEMPLO DA CIA A (31/12/97) (Em R\$)			
Ativo		Passivo	
Circulante	166.169	Circulante	141.735
Caixa	13.000	Instituições Financeiras	78.903
Bancos	30.759	Impostos a Pagar	36.286
Contas a Receber	33.764	Fornecedores	14.021
Estoques	88.646	Diversos a pagar	12.165
Não Circulante	6.654	Exigível de Longo Prazo	14.443
Contas a Receber de Longo Prazo	6.654	Instituições Financeiras	6.540
		Outras Exigibilidades	7.903
Permanente	103.399	Patrimônio Líquido	120.404
Imóveis	20.163	Capital Social	37.608
Automóveis	1.500	Reservas de Lucros	69.903
Instalações	81.736	Lucros Acumulados	12.893
Total Ativo	276.222	Total Passivo	276.222

Quadro 4 - Conteúdo do Balanço

Fonte: (ASSEF, 1999, p.92).

Segundo Groppelli (2002, p.349) “Os valores que aparecem no balanço patrimonial da empresa representam o valor histórico do total dos ativos disponíveis para gerar vendas e lucros”. As contas que compõem o balanço patrimonial representam o total de recursos que a empresa possui, e que através desses recursos serão gerados os demais resultados que farão a empresa funcionar, ou seja, para que a empresa seja dinâmica e mantenha sua continuidade, ela deve trabalhar esses recursos.

### **2.3.3 Demonstração de Resultado Simplificado**

Ao trabalhar seus recursos produtivos a empresa gera novos resultados, e neste período seu ciclo se renova. Nesse aspecto a empresa apresenta-se como uma organização mutável, em constante movimento, criando e produzindo riquezas a todo instante. Torna-se necessário que estes valores que surgem a todo instante sejam apresentados de uma forma organizada, desse modo, surge então, a Demonstração de Resultado.

Para Assef “(1999, p.93), a Demonstração de Resultado do Exercício, constitui-se no relatório sucinto das operações realizadas pela empresa, durante determinado período de tempo, no qual sobressai o resultado líquido do exercício, lucro ou Prejuízo”. A Demonstração do Resultado é a demonstração contábil destinada a evidenciar a composição do resultado formado em determinado período de operações da Entidade (SILVA, 2002).

O valor do Lucro ou Prejuízo do exercício constitui toda a essência do Demonstrativo de Resultados, pois significa o retorno dos investidores, a compensação pelos riscos em participar de um negócio, ou seja, se apresentar lucro, este representará a remuneração pelo risco, entretanto se apresentar prejuízo, este será bancado pelas pessoas dispostas ao risco. (CHING, 3).

O quadro 5 mostra um exemplo simplificado de Demonstração de Resultado, com contas simplificadas que pode ser aplicado na pequena empresa:

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DA CIA A, ENCERRADO EM 31/12/97. (em R\$)	
Receita Bruta de Vendas	486.134
Deduções da Receita Bruta	
Impostos sobre Vendas	(48.613)
Receita Líquida de Vendas	437.521
Custo das Mercadorias Vendidas	(292.759)
Lucro Bruto	144.762
Depreciação	(26.235)
Despesas de Vendas	(14.397)
Despesas Administrativas	(33.595)
Receitas Financeiras	2.310
Despesas Financeiras	(18.780)
Outras Rec. Operacionais	1.498
Resultado Operacional	55.563
Provisão para IR/CSLL	(19.447)
Lucro Líquido	36.116

Quadro 5 – Demonstração de Resultado

Fonte: Fonte: (ASSEF, 1999, p.92).

A Demonstração do Resultado assim como as demais demonstrações contábeis são elaboradas observado o princípio de competência, que vem a ser o reconhecimento das despesas, custos e receitas no momento que aconteceram independente do seu pagamento ou recebimento. (SILVA, 2002).

A Demonstração de Resultado evidenciará a formação dos vários níveis de resultados mediante confronto entre as receitas, e os correspondentes custos e despesas (SILVA, 2002). De acordo com essa definição o resultado final significa o confronto das receitas com as despesas no momento em que ocorreram.

Os exemplos de Demonstrações Financeiras apresentados possuem contas simplificadas que podem ser adaptadas no caso da pequena empresa de comércio varejista.

Segundo Groppelli (2002, p.352) “Um importante uso dos demonstrativos financeiros é na determinação da eficiência da empresa no controle dos seus custos e na geração de seus lucros”.

Através das demonstrações contábeis e financeiras podemos elaborar várias análises, dentre elas a análise por índices ou indicadores financeiros.

## 2.4 ÍNDICES FINANCEIROS E ECONÔMICOS

A administração financeira e a contabilidade estão completamente interligadas, e no que diz respeito a análise financeira, os índices financeiros são de fundamental importância, pois serão estes que fornecerão as informações necessárias ao empresário, e este por sua vez fará uso desses índices que beneficiarão em sua administração (CHÈR 1991).

Esses índices são de grande utilidade para medir a posição econômica e financeira e os níveis de desempenho em vários aspectos. Esses índices devem ser elaborados periodicamente e comparados ao longo do tempo, permitindo dessa forma, uma melhor visualização das operações das empresas. (ASSEF, 1999, p.96), ou seja, sua tendência. Com relação à classificação, os índices podem ser classificados em:

- Índices Financeiros – Liquidez e Endividamento
- Índices Econômicos – Rentabilidade

#### **2.4.1 Índices de Liquidez**

Os índices de Liquidez medem a capacidade da empresa em fazer frente a seus compromissos de curto prazo, registrados no passivo circulante.

Para Groppelli (2002, p.357) “O grau de liquidez de um ativo depende da rapidez com que ele é transformado em caixa, sem incorrer em perda substancial”. Na empresa, dinheiro bom é dinheiro aplicado. O administrador precisa movimentar os recursos existentes, afim de que este gere novos recursos.

Segundo Groppelli (2002, p.357) “em essência, os índices de liquidez testam o grau de solvência da empresa”.

Se esses índices forem superiores a 1, temos como resposta um lado positivo, pois cada real devido existe um valor superior em recursos para pagamento. A mesma lógica é válida quando esses índices forem inferiores a 1, ou seja, nesse caso, não existem recursos para pagamento.

Se a empresa estiver com estoque ocioso, a interpretação do índice pode ser enganosa, visto que a demora em materializar os estoques em reais pode ser elevada, gerando falta de liquidez imediata.

- Índice de Liquidez Corrente

$$ILC = AC / PC$$

#### **Equação 1**

O índice de liquidez corrente é a relação entre o ativo circulante e o passivo circulante, ou seja, indica aproximadamente a margem de segurança disponível para a empresa satisfazer as dívidas no curto prazo. Na pequena empresa, este índice pode variar dependendo do setor de atividade e do tipo de empresa. Por isso, para que o microempresário possa fazer comparações é necessário que o índice obtido seja comparado com outra empresa similar (GROPPELLI, 2002).

- Índice de Liquidez Seca

$$ILS = (AC - Estoques) / PC$$

## **Equação 2**

O índice de liquidez seca exclui o valor dos estoques da parcela de recursos para pagamento, e concentra-se em ativos mais facilmente conversíveis em caixa, este índice determina se uma empresa pode cumprir suas obrigações com credores se as vendas caírem drasticamente (GROPPELLI, 2002).

Entretanto, nem sempre um índice de liquidez seca baixo é sintoma de situação financeira apertada. Um supermercado, por exemplo, cujo investimento em estoques é alto, e que a maioria absoluta das vendas são feitas á vista, tem um índice de liquidez seca baixa, e para fins de análise torna-se necessário comparar os índices obtidos com outros do mesmo setor (MARION, 2005).

- Índice de Liquidez Geral

$$ILG = (AC - RPL) / (PC + ELP)$$

## **Equação**

**3**

O índice de Liquidez Geral mostra a relação entre o Ativo Circulante mais o Realizável a Longo Prazo e o Passivo Circulante mais o Exigível a Longo Prazo, ou seja, o total de recursos de curto e longo prazo pelo total de obrigações de curto e de longo prazo. Este índice mostra a capacidade de pagamento da empresa no longo prazo (MARION, 2005).

- Índice de Liquidez Imediata

$$ILI = Disponível / PC$$

## **Equação 4**

O índice de Liquidez Imediata mede a disponibilidade imediata para saldar os compromissos de curto prazo, é a relação entre o disponível (dinheiro em caixa, bancos e aplicações de altíssima liquidez) e o passivo circulante (dívidas e obrigações de curto prazo). Para efeito de análise, é um índice sem muita importância, pois relaciona disponível com valores que vencerão em datas variadas, embora no curto prazo.

Embora a empresa mantenha certos limites de segurança, nem sempre reduções nesse índice significa uma situação ruim, pois pode significar uma política mais rígida com relação ao disponível ou uma mudança no nível de segurança (MARION, 2005).

### **2.4.2 Índices de Rentabilidade**

Os índices de rentabilidade medem o quanto a empresa está rentável, ou seja, quanto de recursos está sendo gerado. Para Assef (1999, p.97), os índices de rentabilidade “[...] medem a capacidade de retorno obtido pela empresa, derivado de suas operações. Os valores encontrados devem ser confrontados com outras empresas do mesmo segmento”.

- Taxa de Retorno sobre os Investimentos

$$TRI = LL / AT$$

#### **Equação 5**

A taxa de retorno sobre os investimentos, do ponto de vista da empresa, mostra a relação entre o Lucro Líquido e o Ativo Total, ou seja, quanto cada ativo contribuiu na obtenção do Lucro Líquido gerado. Significa também, quantos anos a empresa levará para obter de volta seu investimento (MARION, 2005).

- Taxa de Retorno sobre o Patrimônio Líquido

$$TRPL = LL / PL$$

#### **Equação 6**

A taxa de retorno sobre o Patrimônio Líquido, do ponto de vista dos proprietários, mostra a relação entre o Lucro Líquido gerado e o capital próprio aplicado na empresa. Este índice mostra o poder de ganho do proprietário, ou mesmo quantos anos levará para que estes recuperem seus investimentos (MARION, 2005).

A margem líquida é a relação entre o Lucro Líquido e as vendas, é a participação das vendas no lucro líquido da empresa.



- Margem Líquida

$$ML = LL / Vendas$$

### **Equação 7**

Em geral, as companhias mais bem administradas registram maiores margens líquidas porque seus recursos são administrados com mais eficiência. Entretanto, para o investidor, é bom para uma empresa manter as margens de lucro acima da média do setor, e se possível demonstrar uma tendência de melhora (GROPPELLI, 2002).

- Giro do Ativo

$$GA = Vendas / Ativo$$

### **Equação 8**

O Giro do Ativo representa o quanto a empresa está girando seu ativo na obtenção de resultado, é o ciclo financeiro da empresa. Segundo Assef (1999, p.98), Giro do Ativo Operacional “mede o numero de vezes em que os ativos operacionais líquidos são “utilizados” num dado período de tempo, para gerar o volume de operações desse período”.

### **2.4.3 Índices de Endividamento**

Os índices de endividamento medem a formação da composição do ativo total da empresa, considerando a parcela de capital de terceiros. Quando maior esse indicador, maior será a vulnerabilidade da empresa á oscilações de juros sobre o capital de terceiros, e mostrará o quanto a empresa está alavancada (ASSEF, 1999).

Uma dívida saudável é aquela obtida a curto prazo, principalmente para financiar o capital de giro de uma empresa, ou a longo prazo para comprar instalações ou equipamentos. O endividamento a longo prazo compromete-se a efetuar pagamentos periódicos de juros, além de acumular recursos para liquidar o principal na data do vencimento. Para cumprir com esses compromissos, a empresa precisa gerar lucro suficiente para cobrir o pagamento das dívidas. Uma das formas de se avaliar o grau de endividamento de uma empresa é analisar os vários índices de endividamento (GROPPELLI, 2002).

Estes índices podem ser aplicados a uma pequena empresa de comercio varejista, e será de grande utilidade para que se possa descobrir a quantidade, a qualidade da dívida e o grau de endividamento da empresa.

- Quantidade da dívida

$$QtD = (PC + ELP) / (PC + ELP + PL)$$

### **Equação 9**

Este índice mostra a quantidade de dívidas que a empresa possui, e a relação entre o capital de terceiros (passivo circulante e exigível a longo prazo) e o total de passivo (Passivo e Patrimônio Líquido). Este índice informa se a empresa se utiliza mais recursos de terceiros do que recursos dos proprietários. Uma participação do capital de terceiros exagerada em relação ao capital próprio torna a empresa vulnerável a qualquer intempérie. Em média as empresas que vão à falência apresentam endividamento elevado em relação ao patrimônio líquido, e isto acontece porque normalmente as instituições financeiras não estão dispostas a conceder financiamento para empresas que apresentarem essa situação desfavorável (MARION, 2005).

- Qualidade da dívida

$$QID = PC / PC + ELP$$

### **Equação 10**

Este índice mostra a qualidade da dívida, ou seja, a relação entre as dívidas de curto prazo com as de longo prazo. Geralmente o endividamento de curto prazo é utilizado para financiar o ativo circulante, enquanto que o endividamento a longo prazo utilizado para financiar o ativo permanente. Uma situação favorável seria a de uma maior participação nas dívidas de longo prazo, pois isso propiciaria a empresa um tempo maior para gerar recursos que irão saldar seus compromissos.

Se a maior parte das dívidas forem de curto prazo, em uma situação difícil a empresa será obrigada a vender seu estoque a preços inferiores a seu valor real para assumir suas dívidas de curto prazo, teria de assumir novas dívidas de curto prazo que, certamente terão juros altos, o que aumentará as despesas financeiras (MARION, 2005).

- Grau de Endividamento

$$GE = PC + RLP / PL$$

### **Equação 11**

O grau de endividamento mostra a relação entre o total das dívidas e o Patrimônio Líquido, ou seja, o total de capital de terceiros em relação ao total de capital próprio.

Assef (1999, P.99) recomenda “com base nesses conceitos, procure extrair os índices atuais de sua empresa, acompanhando-os ao longo do tempo”. É necessário que o pequeno empresário tenha por hábito acompanhar o andamento do negócio, procure elaborar índices atuais e com frequência, para que tenha uma visão geral do que acontece na empresa e projete mudanças necessárias.

Conforme salienta Longenecker (1999, p.520), “[...] o sistema contábil eficaz é vital para o sucesso da empresa. Sem as informações fornecidas pelo sistema contábil, o administrador não pode tomar decisões bem informadas”. Toda empresa, independente de seu porte, deve ter contabilidade, não apenas por exigência fiscal, mas como ferramenta de gestão, o administrador deve ter suas decisões fundamentadas na contabilidade.

## **2.5 CAPITAL DE GIRO E FLUXO DE CAIXA NA PEQUENA EMPRESA**

O mundo vive uma fase de intensa competitividade mercadológica, tornando-se cada vez mais difícil para os gestores sobreviverem nesse mercado competitivo, torna-se necessário muito planejamento e preparo para manter as organizações atuantes no mercado. (GARCIA, SCARAMELLI, 2008).

O principal motivo da mortalidade das pequenas empresas, segundo os proprietários/administradores, concentra-se na falta de capital de giro, indicando desequilíbrio nas entradas e saídas de recursos na empresa (SEBRAE, 2004).

Isto acontece porque grande parte das pequenas empresas não fazem um planejamento financeiro necessário, principalmente com relação ao capital de giro e fluxo de caixa, o que segundo Garcia (2008, p.8) “[...] toda empresa, independente do seu tamanho, necessita de um controle de caixa”.

Segundo Oliveira apud Santos (2003, p. 43) “No balanço patrimonial da empresa, o capital de giro é representado pelo ativo circulante ou ativo corrente, composto pelas disponibilidades financeiras, contas a receber e estoques”. Nesse aspecto, capital de giro pode ser entendido como os recursos de curto prazo disponíveis para a movimentação do ciclo financeiro da empresa.

Para Oliveira (2003, p.43):

O capital de giro líquido é igual ao ativo circulante menos o passivo circulante. Quando é positivo, corresponde ao volume de fundos de longo prazo (empréstimo e recursos

próprios) aplicados no financiamento de estoques e contas a receber. Se for negativo (passivo circulante maior que o ativo circulante), significa que a empresa estará financiando seus ativos permanentes com recursos financeiros de curto prazo, o que denota um quadro de risco.

O pequeno empresário deve tomar cuidado com a situação citada acima, pois quando os recursos de longo prazo estão sendo financiados pelos recursos de curto prazo, significa uma situação difícil e de risco, em que a perspectiva futura se nada for feito é o fracasso.

Com a competitividade do mundo globalizado, as empresas precisam programar seu orçamento de custos, despesas, impostos entre outros compromissos a serem arcados por ela no final do mês. O período de planejamento varia de acordo com o porte da empresa, e no caso da pequena empresa o período de doze meses é suficiente para um planejamento financeiro eficaz. Isso é obtido através do controle do seu fluxo de caixa (MARQUES, 2004).

Cada tipo de empresa, dependendo de seu porte ou ramo em que atua, necessita de um planejamento específico para aquele tipo de negócio. O importante é que o pequeno empresário fique atento às mudanças na conjuntura econômica, ou ainda na política fiscal, o que o levará a rever seu planejamento inicial e propor ajustes quando necessário.

Segundo Gonçalves (2007, p.97) “O controle de caixa da empresa é de vital importância já que por meio dos registros realizados pode-se conhecer a origem e a quantidade de dinheiro que é movimentada diariamente na empresa”.

Para que o planejamento financeiro seja elaborado, é necessário que o pequeno empresário controle as entradas e as saídas de dinheiro na empresa, bem como a relação entre as datas de pagamentos das compras e de recebimentos das vendas. Esse controle pode ser obtido através do cálculo do período médio de cobrança de uma empresa que demonstra quantos dias ela deverá esperar antes que suas contas a receber se transforme em caixa.

Esse cálculo pode ser obtido através da seguinte equação:

- Período Médio de Cobrança

$$PMC = (Clientes / VPA) / 360d$$

## **Equação 12**

Ao fazer esse controle ele poderá determinar a política de crédito que trabalha e ajustar quando necessário o período de recebimento das vendas, a fim de evitar empréstimos onerosos à empresa e uma possível dificuldade na obtenção de capital de giro.

O período médio de pagamento das contas e a contrapartida das contas a receber, indica o período médio que a empresa terá para saldar suas contas a receber (GROPPELLI, 2002).

Pode ser obtido através da seguinte equação:

- Período Médio de Pagamento

$$PMP = (Fornecedores / Compras) / 360d$$

### **Equação 13**

As compras anuais a prazo não são relacionadas nos demonstrativos financeiros. Por isso, para obter esse valor, estima-se a porcentagem dos custos das mercadorias vendidas que é comprada a prazo (GROPPELLI, 2002).

Através do cálculo do período médio de cobrança e do período médio de recebimento é possível ao pequeno empresário fazer “operações casadas”, ou seja, trabalhar com uma política de crédito que coincida a data do recebimento com a data do recebimento de clientes, desta forma não terá dificuldade no capital de giro da empresa.

Na empresa o caixa está em constante movimento, pois a empresa é algo mutável, onde os resultados sempre geram valores, e nesse aspecto a contribuição do fluxo de caixa é fundamental para entender o funcionamento da micro e pequena empresa. Administrar o caixa é essencial para que obtenham sucesso e sobrevivam frente a um mercado tão competitivo (GONÇALVES, 2007).

É importante que o empresário avalie a liquidez, ou seja, a disponibilidade de recursos para pagar as obrigações bem como a flexibilidade financeira da empresa, isso mostra a habilidade de uma empresa financiar suas operações com recursos gerados internamente. Também é importante que o empresário avalie suas decisões gerenciais, pois decisões inteligentes levam a empresa a produzir lucro e gerar fluxos de caixa através do recebimento de suas vendas.

Entretanto um dos fatores mais significativos na análise do caixa é o de ajudar a prever futuros fluxos de caixa, onde através de fluxos de períodos passados podem ser

estimados valores futuros, o que será de suma importância no planejamento financeiro e operacional da empresa (CHING, 2003).

Conforme Garcia (2008, p.8) “A Demonstração de Fluxo de Caixa tem como principal função controlar o fluxo de entradas e saídas de dinheiro de uma empresa, evitando desvios financeiros e proporcionando maior transparência ao negócio”. A partir do momento que a empresa elabora a demonstração de fluxo de caixa, o empresário pode acompanhar o fluxo de dinheiro na empresa, controlar as entradas e saídas de maneira eficiente, e ter em mãos uma ferramenta que possibilita uma visão de toda a movimentação financeira.

O quadro 6 apresenta um modelo simplificado de demonstração de fluxo de caixa que pode ser aplicado com sucesso em uma microempresa de comércio varejista:

Fluxo de caixa	Período			
	Janeiro		Fevereiro	
Contas	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
1- Entradas				
Vendas a vista				
Vendas a prazo				
Outras Receitas				
Total de Entradas				
2- Saídas				
Compras a vista				
Compras a prazo				
Impostos				
Salários				
Outros pagamentos				
Total de Saídas				
Saldo Inicial				
(+) Total de entradas				
(-) Total de saídas				
(=) Saldo Final				

Quadro 6 – Demonstração de Fluxo de Caixa

Fonte: (GONÇALVES, 2007, p.132).

O saldo inicial são os valores existentes em caixa e em bancos conta movimento, que são equivalente caixa por serem de alta liquidez.

As entradas representam os valores das vendas à vista, os valores das vendas a prazo e outras receitas que foram geradas no período.

As saídas representam as compras à vista, as compras a prazo, os impostos, pagamentos de salários e outros pagamentos efetuados no período. O saldo final é a diferença das entradas pelo total de saídas.

A Demonstração de Fluxo de Caixa apresentada pode ser modificada de acordo com a empresa a ser analisada, podem-se adicionar novas contas na medida em que forem surgindo novas movimentações.

É importante lembrar que:

- Aumentos nas contas do passivo e diminuição nas contas do ativo representam aumento de caixa.
- Aumentos nas contas do ativo e diminuição nas contas do passivo representam diminuição em caixa.

Conforme Almeida (1996, p.215) o conceito de caixa pode ser entendido como o de “[...] recursos disponíveis em caixa, recursos disponíveis nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras com prazo de resgate de até três meses”.

Segundo Felipe (2003, p.70):

Cada empresa possui um Ciclo de Caixa característico que pode variar rapidamente. Algumas possuem Ciclo de Caixa curto, o que faz com que o capital de giro circule mais vezes durante um ano. Já outras empresas, possuem o Ciclo de Caixa mais longo, e desta forma não há possibilidade de girar mais rapidamente o seu capital.

Por isso torna-se necessária a avaliação de cada caso, e também que seja feita comparação com outras do mesmo setor e se possível de mesmo porte, a fim de que as informações obtidas pela análise de caixa sejam eficientes.

É importante também que seja feita uma comparação no final de cada mês entre o que foi previsto e o que foi realizado, só assim será possível ao gestor avaliar suas projeções financeiras e fazer as devidas mudanças quando necessário.

Entre os objetivos do fluxo de caixa projetado pode-se citar o de:

- Projetar as entradas e saídas de recursos financeiros para um determinado período, o que é de grande utilidade por mostrar ao gestor as mutações financeiras na empresa no curto prazo;
- Prognosticar as necessidades de captação de recursos, o que ajuda no planejamento e na determinação da necessidade de novos recursos, especialmente para a necessidade de capital de giro;

- Prognosticar as aplicações de excedentes de caixa nas operações mais rentáveis, sem comprometer a liquidez, mostra os recursos em excesso que podem ficar parado em caixa sem uma aplicação que maximize o potencial financeiro de tais recursos;
- Prever os períodos deficitários e superavitários da projeção. Essa é sem dúvida a maior contribuição da elaboração do fluxo de caixa projetado, que é o de planejar a necessidade de capital de giro, a fim de evitar empréstimos para cobrir o curto prazo.

Ao utilizar o fluxo de caixa, o administrador tem um instrumento de grande valia para atingir a maximização do retorno dos investimentos, sem, no entanto comprometer a liquidez da empresa, já que através da demonstração simplificada do fluxo de caixa ele pode monitorar as mutações de recursos de curtíssimo prazo (OLIVEIRA, 2003).

Ao controlar de maneira mais eficiente suas entradas e saídas, ele terá um melhor controle na determinação de seu capital de giro, de maneira que ao final do período não seja necessário obter empréstimos para cobrir o curto prazo, o que pode levar a empresa ao fracasso.

Outro fator de extrema importância na microempresa é que o pequeno empresário aplique o princípio contábil da entidade na empresa, ou conforme a Resolução do CFC nº750/93 em seu artigo 4º:

O Princípio da ENTIDADE reconhece o Patrimônio como objeto da Contabilidade e afirma a autonomia patrimonial, a necessidade da diferenciação de um Patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes, independentemente de pertencer a uma pessoa, conjunto de pessoas, uma sociedade ou uma instituição de qualquer natureza ou finalidade, com ou sem fins lucrativos. Por consequência, nessa acepção, o patrimônio não se confunde com aquele dos seus sócios ou proprietários, no caso de sociedade ou instituição (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2003, p.26).

Para que seja feita a aplicação deste princípio contábil é necessário que o patrimônio pessoal do microempresário não se misture com o da empresa. Muitas empresas familiares funcionam junto à residência do proprietário, o que torna impossível a segregação das despesas pessoais com as despesas da empresa. Também com relação às receitas não existe um controle nesse aspecto para mostrar ao empresário qual o momento que a empresa atingiu seu ponto de equilíbrio entre o custo das mercadorias, a receita de vendas e o lucro gerado.

O Ponto de Equilíbrio nasce da relação entre os custos totais com a receita total. Ocorre a partir do momento que o valor do custo total se iguala com o valor da receita total. Na pequena empresa o Ponto de Equilíbrio é alcançado no momento que a receita obtida



cobre os custos gerados na venda das mercadorias, por exemplo, aluguel, telefone, água, luz entre outros necessários para que a empresa venda seus produtos ao consumidor final (MARTINS, 1990).

Essa relação só se torna possível quando aplicado o princípio contábil da “entidade”, pois o custo e as despesas da pequena empresa só podem ser determinados quando estão separados das despesas pessoais do empresário. O controle financeiro por parte do pequeno empresário deve fazer parte de sua gestão, só assim ele saberá quanto gasta e quanto de receita obtém em seu negócio.

É importante que o gestor das pequenas empresas não tome suas decisões sustentadas em aventuras, expondo-se aos acontecimentos futuros sem o mínimo de planejamento e controle financeiro, pois são necessárias avaliações constantes sobre os investimentos da empresa visando uma contínua atualização de suas estratégias para adequar-se as novas mudanças em que a empresa esta inserida (DALBELLO, 1999).

Neste aspecto, é de suma importância que seja dada uma melhor atenção as pequenas empresas, não apenas pelos seus gestores, mas também por parte dos governantes como por partes dos contadores que são os detentores da ferramenta de apoio a gestão eficaz.

As pequenas empresas representam uma grande contribuição a economia do país, seja através da geração de renda, bens, serviços e empregos, ou seja, representa uma parcela significativa dos negócios existentes e por isso deve ser cuidada e incentivada (DUTRA, 2003).

Os instrumentos de gestão apresentados representam pequenos diferenciais na esfera administrativa da pequena empresa, e podem ser adaptados nas mais diversas situações e empresas. O gestor, através do apoio de seu contador e do sistema de informações oferecidas pela contabilidade deve ter por hábito tomar suas decisões em dados “palpáveis” e que transmita segurança às suas ações e decisões concernentes ao negócio.

### **3 MÉTODO**

A metodologia é a maneira utilizada pelo pesquisador para desenvolver uma pesquisa. Método pode ser caracterizado como um conjunto de atividades sistemáticas e racionais que com maior segurança e economia permite ao pesquisador alcançar o objetivo. Neste sentido, através do método chega-se a conhecimentos válidos e verdadeiros, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista (LAKATOS, 2003).

Este trabalho foi desenvolvido por meio de uma pesquisa bibliográfica e de publicações já existentes. Através da pesquisa em livros, monografias, dissertações de mestrado e tese de doutorado foram possíveis recolher, selecionar e interpretar as contribuições teóricas já existentes sobre determinado assunto. A análise desses trabalhos já existentes possibilitou o conhecimento das contribuições científicas sobre o assunto abordado no trabalho. (MARTINS, 1994).

A pesquisa é descritiva, elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos de periódicos, e material disponibilizado na internet através do qual foi feita uma abordagem da micro e pequena empresa, da contabilidade gerencial, e mostrou a importância da contabilidade para esse tipo de empresa, que na maioria das vezes não a utiliza. O trabalho teve como foco as pequenas empresas do setor de comércio varejista, sendo esta sua delimitação. Através de livros e trabalhos já publicados foi possível elaborar a pesquisa e determinar a importância da contabilidade gerencial para a micro e pequena empresa em seus diversos aspectos.

Do ponto de vista da sua natureza, a metodologia utilizada nesse trabalho é a pesquisa aplicada, pois os dados levantados terão aplicação prática e serão de grande utilidade no gerenciamento das pequenas empresas.

#### **4 CONCLUSÃO**

O trabalho identificou as micro e pequenas empresas, sua classificação de acordo com dados do Serviço de Apoio as Micro e Pequenas Empresas – Sebrae, e de acordo com a Lei do SIMPLES.

Mostrou a importância e a participação das pequenas empresas no Brasil, identificado pelo grande número de pequenos negócios em funcionamento, estas contribuem de maneira significativa para a geração de empregos e riquezas, o que mostra sua vital importância no PIB nacional.

A Lei do SIMPLES embora tenha trazido uma forma simplificada de apuração dos impostos, também trouxe as indefinições sobre ter ou não uma contabilidade estruturada, desta forma, muitos pequenos empresários deixaram de usar a contabilidade como ferramenta no dia-a-dia das empresas e passaram a vê-la apenas como “um mal necessário”, ou seja, apenas uma ferramenta na apuração de impostos.

Foram mostradas ferramentas simplificadas da contabilidade gerencial que aplicadas as micro e pequenas empresas serão de grande utilidade na tomada de decisão, gerenciamento e planejamento dessas empresas:

- Balanço Patrimonial Simplificado que possibilitará uma visão da empresa em seus diferentes aspectos.
- Demonstração de Resultados Simplificados, onde através deste o gestor poderá acompanhar a geração de resultados na empresa.
- Elaboração de Índices Financeiros e Econômicos através das do Balanço Patrimonial e da Demonstração de Resultado, que possibilitará tirar informações sobre as mais diversas situações da empresa.
- Demonstração de Fluxo de Caixa Simplificado, através desta demonstração o pequeno empresário poderá manter um maior controle de suas entradas e saídas de recursos financeiros, o que será de grande valia para projeções futuras e para a própria gestão financeira no curto prazo.

O trabalho mostrou com os exemplos de controle gerencial citados, que a contabilidade gerencial é de vital importância para qualquer empresa, em especial a micro e pequenas empresas do setor de comércio varejista, que foi o foco da pesquisa. O planejamento financeiro em seus diversos ângulos de estudo será melhor elaborado se a empresa mantiver um sistema de contabilidade integrado, que possibilite a qualquer tempo extrair de dados contábeis as informações de grande utilidade, que será a base de uma administração segura e bem sucedida.

Com a intensa concorrência e com o mercado em constante mutação, o empresário não pode mais tomar suas decisões baseadas na experiência que julga ter. É necessário adequar-se as novas tecnologias, as novas mudanças impostas pela sociedade a fim de acompanhar as necessidades colocadas a cada dia.

A contabilidade, em especial a contabilidade gerencial está mais presente do que nunca nas decisões e no cotidiano das empresas.

O pequeno empresário deve cobrar de seu contador maior participação no que diz respeito a assessoria e ao apoio na administração de sua empresa. O contador, por sua vez deve abandonar a figura de mero cumpridor das obrigações fiscais e como um mal necessário às organizações empresariais e ser um agente de transformação, um assessor nas decisões tomadas, alguém que extraia dos números as informações necessárias para as decisões, um suporte a administração segura.

Os novos tempos exigem que o contador se adeque às mudanças ou ficará defasado e correrá o risco de ficar fora do mercado. Com as simplificações nos sistemas de apuração dos impostos e do cumprimento das obrigações acessórias o contador passa a ter uma

posição mais ativa nas organizações, o que significa maior tempo para assessoria e menor para as atividades rotineiras.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ANDRADE FILHO, Edmar Oliveira. Imposto de renda das empresas, 3.ed. São Paulo: Atlas, 2006.

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. Contabilidade Intermediária: de acordo com as novas exigências do MEC para o curso de ciências contábeis, São Paulo: Atlas, 1996.

ASSEF, Roberto. Guia prático de administração financeira: pequenas e médias empresas, Rio de Janeiro: Campus, 1999.

BRASIL. Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Institui o Estatuto da microempresa e empresa de pequeno porte. Disponível em: , Acesso em 25/09/2007.

BRASIL. Constituição (1988). obra coletiva de autoria da Editora Revista dos Tribunais – 6. ed. ver., atual. e ampl. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004.

CHÉR, Rogério. A gerencia das pequenas e médias empresas: o que saber para administrá-las, 2ed. rev. e ampl. São Paulo: Maltese, 1991.

CHING, Yuh Hong. MARQUES, Fernando. PRADO, Lucilene. Contabilidade e Finanças para não especialistas, São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2003.

CHING, Yuh Hong. Contabilidade gerencial: Novas práticas contábeis para a gestão de negócios, São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, Princípios fundamentais e normas brasileiras de contabilidade. Brasília: CFC, 2003.

DALBELLO, Liliane. A relevância do uso do fluxo de caixa como ferramenta de gestão financeira para a avaliação da liquidez e capacidade de financiamento de empresas. 1999. 168f. Dissertação de Mestrado – Federal de Santa Catarina, 1999.

DIAS, Elaine Ap. O contador Gerencial. Boletim CRC SP, São Paulo, n.159, p.12-13, ago. 2006.

DUTRA, Karen Estefan. A necessidade da implementação de mudanças estratégicas em empresas brasileiras de pequeno porte. 2003. 115f. Dissertação de Mestrado em Engenharia de Produção – Universidade Federal de Santa Catarina, 2003.

FABRETTI, Láudio Camargo. Prática tributária da micro, pequena e média empresa, São Paulo: Atlas, 2003.

FELIPPE, M.C. Sobrevivência e Mortalidade das Pequenas e Médias Empresas na Cidade de São José dos Campos. 2003. 140f. Dissertação de Mestrado em Administração de Empresas – Universidade de Taubaté, 2003.

GARCIA, Violin Alexandre, SCARAMELLI, João Marcos. A importância do Fluxo de Caixa. Boletim CRC SP, São Paulo, n.165, p.8-9, fev. 2008.

GOMES, Fausto Rafael Gmach. Formação de estratégias organizacionais em pequenas empresas: um estudo regional. 2004. 98f. Dissertação de Mestrado – Universidade de Taubaté, 2004

GONÇALVES, Márcia Regina. Os controles financeiros como ferramenta do processo de decisão nas micro e pequenas empresas. 2007. 140f. Monografia. Universidade de Taubaté. 2007.

GROPPELLI, A.A.; NIKBAKHT, Ehsan. Administração Financeira, 2.ed. São Paulo, Saraiva, 2002.

IUDÍCIBUS, Sergio de. Teoria da contabilidade, 4.ed. São Paulo: Atlas, 1994.

IUDÍCIBUS, Sergio de. Contabilidade gerencial, 4.ed. São Paulo: Atlas, 1986.

LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica / Maria de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. 5. ed. – São Paulo: Atlas 2003.

LONGENECKER, Justin G.; MOORE, Carlos W.; PETTY, J.Willian. Administração de pequenas empresas, São Paulo: Makron Books, 1997.

MARION, José Carlos. Análise das Demonstrações Contábeis: contabilidade empresarial. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MARQUES, Marisa de Moura. Aplicação de índices econômico-financeiros na elaboração do planejamento financeiro em empresa pública: o caso da EPTS. 2004. 123f. Dissertação de Mestrado – Universidade de Taubaté, 2004.

MARTINS, Gilberto de Andrade. Manual para a elaboração de monografias e dissertações. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1994.

MARTINS, Eliseu. Contabilidade de custos. 4.ed. rev. – São Paulo: Atlas, 1990.

OLIVEIRA, Denise Maria de. Proposta de um roteiro para montagem do fluxo de caixa simplificado para as pequenas empresas auxiliando na tomada de decisão. 2003. 137f. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Santa Catarina, 2003

OLIVEIRA, Marilisa Montoani de. Contabilidade gerencial: a aplicação na gestão de microempresas e empresas de pequeno porte. 2005. 71f. Monografia. Universidade de Taubaté. 2005.

PADOVEZE, Clóvis, Luís. Introdução à administração financeira. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

RAZA, Cláudio. Informações contábeis: o cliente não sabe pedir e o escritório contábil, na sua grande maioria, não está preparado para fornecer. Boletim CRC SP, São Paulo, n.166, p.16-17, maio 2008.

RIBEIRO, Osni Moura. Contabilidade Básica fácil – 23. ed. ver. e atual. São Paulo: Saraiva, 2002.

SANTIAGO, Marlene Ferreira. O efeito da tributação no planejamento financeiro das empresas prestadoras de serviços: um estudo de caso de desenvolvimento regional. 2006. 139f. Dissertação de Mestrado – Universidade de Taubaté, 2006.

SEBRAE. In: ESTUDOS e pesquisas. São Paulo. Disponível em: . Acesso em: 10 de abril de 2008.

SEBRAE. In ESTUDOS e pesquisas. Fatores Condicionantes e Taxa de Mortalidade de Empresas no Brasil. Brasília, 2004.

SILVA, Daniel Salgueiro. Manual de Procedimentos Contábeis para Micro e Pequenas Empresas, 5.ed. Brasília: CFC: Sebrae, 2002.

#### **ANEXO A - RESOLUÇÃO CFC Nº. 1.115/07**

ANEXO A - NBC T 19.13 – ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL SIMPLIFICADA PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE.

O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, no exercício de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO o art. 3º da Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, que definiu o conceito de microempresa e empresa de pequeno porte para as sociedades

empresárias, sociedades simples e empresário, a que se refere o art. 966 da Lei nº. 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

CONSIDERANDO o art. 27 da Lei Complementar nº. 123/06 que permite às microempresas e empresas de pequeno porte, optantes pelo simples nacional, a adotarem escrituração simplificada para os registros e controles das operações realizadas.

CONSIDERANDO que as microempresas e empresas de pequeno porte, definidas na Lei Complementar nº. 123/06, mesmo não optantes pelo simples nacional, poderão também adotar a escrituração contábil simplificada.

CONSIDERANDO que a expressão “contabilidade simplificada” adotada na Lei nº. 123/06 e na Lei nº. 10.406/02 deve atender às Normas Brasileiras de Contabilidade.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º. Aprovar a NBC T 19.13 – Escrituração Contábil Simplificada para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Brasília, 14 de dezembro de 2007.

Contadora Maria Clara Cavalcante Bugarim

Presidente

Ata CFC nº. 907

#### **NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE**

#### **NBC T 19 – ASPECTOS CONTÁBEIS ESPECÍFICOS**

#### **19.13 – ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL SIMPLIFICADA PARA AS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

Conteúdo Item

Disposições gerais 1-3

Formalidades da escrituração 4-6

Demonstrações contábeis 7-9

**NBC T 19.13 – ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL SIMPLIFICADA PARA AS  
MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

**Disposições Gerais**

1 Esta norma estabelece critérios e procedimentos específicos a serem observados pela entidade para a escrituração contábil simplificada dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo manual, mecanizado ou eletrônico.

2 Esta norma aplica-se a entidade definida como empresário e sociedade empresária enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da legislação vigente.

3 A permissão legal de adotar uma escrituração contábil simplificada não desobriga a microempresa e a empresa de pequeno porte a manter escrituração contábil uniforme dos seus atos e fatos administrativos que provocaram ou possam vir a provocar alteração do seu patrimônio.

**Formalidades da Escrituração**

4 A escrituração contábil deve ser realizada com observância aos Princípios Fundamentais de Contabilidade e em conformidade com as disposições contidas nesta norma, bem como na NBC T 2.1, NBC T 2.2, NBC T 2.3, NBC T 2.4, NBC T 2.5, NBC T 2.6, NBC T 2.7 e NBC T 2.8, excetuando-se, nos casos em que couber, as disposições previstas nesta norma no que se refere a sua simplificação.

5 As receitas, despesas e custos devem ser escriturados contabilmente com base na sua competência.

6 Nos casos em que houver opção pelo pagamento de tributos e contribuições com base na receita recebida, a microempresa e empresa de pequeno porte devem efetuar ajustes a partir dos valores contabilizados, com vistas ao cálculo dos valores a serem recolhidos.

**Demonstrações Contábeis**

7 A microempresa e a empresa de pequeno porte devem elaborar, ao final de cada exercício social, o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado, em conformidade com o estabelecido na NBC T 3.1, NBC T 3.2 e NBC T 3.3.



8 É facultada a elaboração da Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados, da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos e das Notas Explicativas, estabelecidas na NBC T 3.4, NBCT 3.5, NBCT 3.6 e NBC T 6.2.

9 O Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado devem ser transcritos no Livro Diário, assinados por profissional de contabilidade legalmente habilitado e pelo empresário, conforme dispõe a NBC T 2, item 2.1.4.

#### Plano de Contas Simplificado

10 O Plano de Contas, mesmo que simplificado, deve ser elaborado levando em consideração as especificidades, porte e natureza das atividades e operações a serem desenvolvidas pela microempresa e empresa de pequeno porte, bem como em conformidade com as suas necessidades de controle de informações no que se refere aos aspectos fiscais e gerenciais.

11 O Plano de Contas Simplificado deve conter, no mínimo, 04 (quatro) níveis, conforme segue:

(a) Nível 1: Ativo, Passivo, Patrimônio Líquido, Receitas, Custos e Despesas.

(b) Nível 2: Ativo: Circulante, Realizável a Longo Prazo e Permanente.

Passivo e Patrimônio Líquido: Circulante, Passivo Exigível a Longo Prazo e Patrimônio Líquido.

Receitas: Receita Bruta, Deduções da Receita Bruta, Outras Receitas Operacionais e Receitas Não Operacionais.

Custos e Despesas Operacionais e Não Operacionais.

(c) Nível 3: Contas que evidenciem os grupos a que se referem, como por exemplo:

Nível 1 – Ativo

Nível 2 – Ativo Circulante

Nível 3 – Bancos Conta Movimento

(d) Nível 4: Sub-contas que evidenciem o tipo de registro contabilizado, como por exemplo:

Nível 1 – Ativo

Nível 2 – Ativo Circulante

Nível 3 – Bancos Conta Movimento

Nível 4 – Banco A

12 O Plano de Contas Simplificado deve contemplar, pelo menos, a segregação dos seguintes valores:

- (a) Receita de Vendas de Produtos, Mercadorias e Serviços;
- (b) Devoluções de Produtos, Mercadorias e Serviços Cancelados;
- (c) Custo dos Produtos Vendidos;
- (d) Custo das Mercadorias Vendidas;
- (e) Custo dos Serviços Prestados;
- (f) Despesas Operacionais, relativas aos demais gastos necessários à manutenção das atividades econômicas, não incluídas nos custos;
- (g) Outras Receitas Operacionais;
- (h) Receitas Não Operacionais; e
- (i) Despesas Não Operacionais.

13 O Plano de Contas Simplificado deve conter, no mínimo, o elenco de contas descrito no Anexo I, além de sua função e funcionamento.

Anexo I

### **Plano de Contas Simplificado**

#### **Elenco de Contas**

Códigos	Nome das contas
1	ATIVO
1.1	ATIVO CIRCULANTE
1.1.1	Caixa
1.1.1.01	Caixa Geral
1.1.2	Bancos C/Movimento
1.1.2.01	Banco A
1.1.3	Contas a Receber
1.1.3.01	Clientes
1.1.3.02	Outras Contas a Receber
1.1.3.09	(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa
1.1.4	Estoque
1.1.4.01	Mercadorias
1.1.4.02	Produtos Acabados
1.1.4.03	Insumos
1.1.4.04	Outros
1.2	REALIZÁVEL A LONGO PRAZO
1.2.1	Contas a Receber
1.2.1.01	Clientes
1.2.1.02	Outras Contas
1.3	PERMANENTE
1.3.1	INVESTIMENTOS
1.3.1.01	Participação em Cooperativas
1.3.2	IMOBILIZADO
1.3.2.01	Terrenos
1.3.2.02	Construções e Benfeitorias
1.3.2.03	Máquinas e Ferramentas
1.3.2.04	Veículos
1.3.2.05	Móveis
1.3.2.10	(-) Depreciação Acumulada
1.3.2.11	(-) Amortização Acumulada
2	PASSIVO
2.1	CIRCULANTE
2.1.1	Impostos e Contribuições a Recolher
2.1.1.01	SIMPLES NACIONAL
2.1.1.02	INSS
2.1.1.03	FGTS
2.1.2	Contas a Pagar
2.1.2.01	Fornecedores
2.1.2.02	Outras Contas
2.1.3	Empréstimos Bancários
2.1.3.01	Banco A – Operação X
2.2	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO
2.2.1	Empréstimos Bancários
2.2.1.01	Banco A – Operação X
2.3	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2.3.1	Capital Social
2.3.1.01	Capital Social Subscrito
2.3.1.02	Capital Social a Realizar
2.3.2	Reservas
2.3.2.01	Reservas de Capital
2.3.3	Lucros/Prejuízos Acumulados
2.3.3.01	Lucros/Prejuízos Acumulados de Exercícios Anteriores
2.3.3.02	Lucros/Prejuízos do Exercício Atual
3	CUSTOS E DESPESAS

